

A HISTÓRIA DAS CONSTITUINTES

Primeira Carta provocou a moratória

A primeira Constituinte brasileira, de 1823, foi uma espécie de opereta, cheia de episódios burlescos mas também de violência, com uma particularidade: começou bem e acabou mal.

Convocada pelo Imperador Pedro I, que a instalou solenemente em 4 de maio daquele ano, a Assembleia Geral Constituinte devia compor-se de cem deputados e senadores de todas as províncias do país, mas apenas noventa deputados foram eleitos, devido à guerra da Independência. Assim, não chegaram a ser escolhidos representantes do Piauí, do Grão-Pará, do Maranhão, de Sergipe e da Província Cisplatina (Uruguai).

Muitos dos eleitos também não chegaram a participar dos trabalhos constituintes, que eram cumulativos com o exame da legislação ordinária, pois a Assembleia, começando suas atividades formais em 1º de setembro de 1823, foi fechada pelo Imperador em 12 de novembro desse mesmo ano.

Uma comissão de seis parlamentares havia elaborado anteprojeto de Constituição, mas Antônio Carlos — um dos três irmãos Andrada (os outros eram José Bonifácio e Martim Francisco) — que a presidia, julgou o anteprojeto pouco original. Foi-lhe atribuída, então, a tarefa de elaborar novo anteprojeto, o que ele fez em 15 dias. Sua iniciativa continha 272 artigos e se baseava nas ideias liberais da época, sendo aceita, com elogios por parte de Pedro I.

Mas, em meio ao debate que se travou em torno do trabalho de Antônio Carlos, aguçaram-se, através da imprensa, as animosidades entre brasileiros e portugueses. Em dois jornais da época — O Tamoio e A Sentinela — colaboravam os irmãos Andrada e era nesse que a crítica aos portugueses, em geral, e aos estrangeiros integrantes do primeiro ministério de Pedro I, em particular, se fazia com maior virulên-

O Jornal de Brasília publica hoje, amanhã e domingo, uma série de artigos do colaborador Rubem de Azevedo Lima, sobre a evolução histórica das Constituições por que o Brasil passou, suas peculiaridades, os fatos que cercaram a elaboração de cada Carta e suas consequências na vida do país, desde 1823, quando o imperador Pedro I instalou, em 4 de maio, a primeira Assembleia Geral Constituinte, que ele próprio viria a dissolver seis meses depois. Nos artigos publicados hoje são abordados os fatos relativos às Constituições de 1823 e de 1891, a primeira da República, elaborada sob um falso clima de democracia, mas que escondia a influência autoritária dos marechais Deodoro da Fonseca — primeiro presidente da República — e Floriano Peixoto, seu vice. Tanto a primeira Constituição brasileira, elaborada em 15 dias por Antônio Carlos de Andrada — irmão de José Bonifácio —, quanto a segunda, confeccionada por Ruy Barbosa, com o patrocínio dos militares, foram elaboradas sob a égide autoritária e com participação praticamente decorativa dos constituintes eleitos.

cia. As relações dos Andrada com o imperador se azedaram, pois Pedro I era português de nascença.

Os portugueses da guarnição militar do Rio também se sentiram ofendidos e passaram a atuar ostensivamente contra os jornais que o criticavam. Os Andrada que faziam parte do ministério — José Bonifácio e Martim Francisco — renunciaram às suas pastas, reintegrando-se na Constituinte. Ante o empastelamento de um jornal e a agressão aos jornalistas, os três irmãos, além de discursos inflamados na Constituinte, publicaram duros artigos contra os portugueses. O clima político no Rio tornou-se quente. O povo invadiu o recinto da Assembleia, aplaudindo os Andradas, pedindo que se declarasse o imperador fora da lei. No recinto, Antônio Carlos quis agredir um deputado português. Sitiada por tropas do Exército, a Assembleia foi fechada em razão de sua resistência ao imperador. Ao retirar-se, quando passava pela artilharia colocada diante da porta da Assembleia, Antônio Carlos, ironicamente, tirou a cartola da cabeça, cumprimentando «suas excelências, os canhões».

O anteprojeto original de Antônio Carlos, feito às pressas, continha várias imperfeições, sobretudo no tocante ao processo legislativo. Entre outras curiosidades, ele estabelecia que só poderiam eleger deputados ou senadores, bem assim ser eleitos para esses cargos as pessoas que possuísem renda líquida anual, correspondente ao valor de 150 a mil alqueires de farinha de mandioca.

Com ligeiras mudanças e a redução do número de seus artigos para somente 173, o anteprojeto de Antônio Carlos acabou, porém, sendo transformado na carta outorgada pelo Imperador, em 23 de março de 1824.

Enquanto funcionou, a Constituinte aprovou, entre outras leis ordinárias, a proibição para que os parlamentares aceitassem nomeação a cargos públicos e revogou a proibição de funcionamento de organizações secretas (maçonaria). A Constituinte re-



cebeu de José Bonifácio um documento propondo a interiorização da capital do Império.

A Carta outorgada criou o chamado poder moderador (exercido pelo Imperador), o Senado vitalício permitiu a concessão de anistia, só autorizou prisões quando o preso tivesse processo de culpa formada.

No tocante à organização das Forças Armadas da época, a carta outorgada estabelecia que «a Força Militar é essencialmente obediente: jamais poderá reunir-se, sem que lhe seja ordenado pela Autoridade (com letra maiúscula, por se referir ao próprio imperador) legítima».

Atribuiu a Constituição plenos poderes ao Imperador para tratar das relações internacionais do Brasil. A fim de assegurar a Independência, Pedro I assumira diversas dívidas externas de Portugal. Em pouco tempo, a situação econômica do Império se complicou, tanto mais que o Legislativo, pela Carta outorgada, também não dispunha de meios para controlar os elevados gastos do imperador. Com o agravamento das tensões entre brasileiros e portugueses e ainda porque pretendia estabelecer sua filha Maria II no trono de Portugal, Pedro I renunciou, designando uma junta de regência para governar o Brasil, durante a menoridade de Pedro II. Em maio de 1831, um mês após a renúncia do imperador, então, extremamente impopular, o ministro da Fazenda do primeiro ministério da Regência propôs à Câmara dos Deputados que o Brasil suspendesse o pagamento de sua dívida externa por cinco anos.

Em 1891, a democracia dos marechais era só aparência

A Constituição de 1891, a primeira do regime republicano no País, vista à distância de quase cem anos, pode parecer democrática e elaborada também democraticamente. Mas, tais impressões são falsas.

Um pequeno incidente mostra quanto os constituintes de 91 estavam limitados, pela ditadura militar recém-instaurada no Brasil e que seria ratificada pela eleição dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente presidente e vice-presidente da República.

Apesar de a época de conclusão dos trabalhos constituintes, Deodoro baixou decreto no qual "fazia saber a todos os cidadãos brasileiros que o Congresso, convocado para conhecer da Constituição que pelo governo lhe foi apresentada, aprovou-a..."

A propósito, conta o historiador José Maria dos Santos que esse decreto, destinado a aprovar a Constituição "feita pela ditadura e votada no Congresso, era verdadeira e sincera. Houve, porém — esclarece o historiador — a preocupação de salvar as aparências. Convencionou-se em deixar à câmara constituinte o direito de promulgar a lei de que fora apenas referendaria..."

Por isso, no preâmbulo da Constituição de 91, os constituintes, com licença de Deodoro,

«A Constituição de 1891 procurou ser uma cópia da Carta presidencialista dos EUA, por imposição do pensamento filosófico-ditatorial dos militares e positivistas brasileiros»

puderam aprovar que, como representantes do povo, para organizar um regime livre e democrático, "estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição..."

Ao contrário dos constituintes de 1823, que reagiram às pressões de Pedro II, os de 91, no seu trabalho, promulgarão — como assinala José Maria dos Santos — aquele que o ditador republicano mandava confeccionar por intermédio de Ruy Barbosa — e cujo "mérito principal consistia precisamente em revestir de forma legal o seu poder inconstitucional..."

Pouco antes da Constituinte, como alguns jornais criticassem com severidade o governo militar, o ministro Campos Sales foi compelido a redigir um decreto suprimindo a liberdade de imprensa. Tal decreto não impediu, porém, que alguns órgãos continuassem a criticar o governo. Um desses jornais foi empastelado, morrendo na ação policial-militar um gráfico. Em meio à Constituinte, foram feitas diversas prisões, sem processo regular e muitos advogados do governo acabaram no exílio, em face da perseguição que lhes moviam a polícia e os militares.

Elaborada sob tal clima, a Constituição de 91 procurou ser uma cópia da carta presidencialista dos Estados Unidos, contrariando — por influência do pensamento filosófico ditatorial dos positivistas brasileiros, sobretudo militares — a tradição do parlamentarismo, ainda que imperfeito, do Império.

O novo regime consagrou o federalismo, deixando, porém, os estados sob controle do poder da União, ao qual coube a nomeação dos governadores. De resto, ao confirmar, no encerramento da Constituinte, a manutenção de Deodoro à frente do governo, a Constituição apenas ratificou sua origem militar. Na compra de apoio político-militar nos estados, o novo regime aplicou vultosos recursos públicos, agravando, com isso, a situação financeira do País. Surgiram no Congresso divergências em relação a essa conduta, tanto mais que um dos primeiros atos do governo provisório de Deodoro consistira em aumentar o soldo dos oficiais de mar e terra, como a premiá-los pelo apoio deles recebido, em 15 de novembro de 89.

Os dispositivos aparentemente liberais da Constituição elaborada no antigo Palácio Imperial, na Quinta da Boa Vista, e aprovada em 24 de fevereiro de 1891, mais ou menos nos termos da proposta de Ruy — com a diferença de haver sido instituída a eleição presidencial direta — jamais foram aplicados na prática. Dentre outras inovações, além da adoção do presidencialismo, como nos Estados Unidos (que, no entanto, chegaram a cogitar de adotar a monarquia parlamentarista, com a entrega da coroa real ao irmão de Frederico da Prússia, ou mesmo da elevação de Washington a rei), eliminou-se o poder moderador. Esse poder, no entanto, foi transferido, de forma velada, às Forças Armadas. Foi extinta e senatória vitalícia. Estabeleceu-se a eleição direta para presidente da República, mas cada pleito sempre foi objeto de distorções. Passou a



Ruy Barbosa foi encarregado por Deodoro de confeccionar um texto constitucional, a ser imposto aos constituintes, que deveria dar forma legal ao poder discricionário do presidente

caber às Forças Armadas, nos termos da proposta de Ruy, a defesa da pátria no exterior e a manutenção das leis, no interior. Por haver elaborado tal dispositivo, Ruy ganhou o título de general honorário. A Constituição afixou ainda o pagamento da dívida pública interna e externa, reservando no Planalto Central uma área para a construção da nova capital.

Em pouco tempo, Deodoro indispôs-se com o Congresso, no qual atuavam, com desenvoltura, militares e políticos ligados ao vice-presidente Floriano Peixoto. Com o agravamento da situação — financeira — a moeda brasileira deixara de ser conversível em ouro e a inquietação social decorrente do processo inflacionário criava clima propício à derrubada do governo — Deodoro viu-se forçado a renunciar à Presidência. Não se tratou, como pode parecer, de uma vitória da resistência política do Legislativo — cuja representação, aliás, fora majoritariamente eleita graças aos favores do governo — mas do sucesso do esquema político-militar florianista. O Congresso, portanto, apenas operou a passagem do poder de um militar para outro, à sombra de uma Constituição irrealista e que implodiria, afinal, na crise política da sucessão presidencial de 1930.



D. Pedro dissolveu a Assembleia

Assessores já estão prontos para negociar

Na Subsecretaria de Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil está tudo pronto para a atuação dos assessores parlamentares do Governo junto aos 559 Constituintes de 1967. Eles, sob a coordenação do subsecretário de assuntos parlamentares, Henrique Hargreaves, participaram de uma reunião no Palácio do Planalto traçando as diretrizes do trabalho cuja palavra-chave é "negociação" com os constituintes.

Hargreaves, economista, advogado e administrador de empresas, é um dos maiores conhecedores do regimento interno da Câmara dos Deputados e só não começou sua atuação porque está esperando a votação do novo regimento. Enquanto os parlamentares aprovam e votam o regimento, Hargreaves vem mantendo contato com os novos eleitos, para traçar o perfil ideológico dos representantes do povo. Esse perfil ideológico não pode ser subjetivo e deverá estar traçado dentro de dez dias.

O perfil ideológico estará à disposição do presidente Sarney. É ele quem vai decidir por quais caminhos deverá chegar a determinados parlamentares. É o presidente da República também quem vai decidir a estratégia de atuação dos assessores parlamentares, um total de 29 pessoas, distribuídas entre os ministérios (25), Presidência da República (dois) e Congresso Nacional (dois).

Essa decisão, entretanto, não é inflexível. Em determinado momento, Sarney pode apelar para a

Sodré pede a eleitos que elaborem um texto liberal

Uma Constituição moderna, progressista, de conotação liberal, que atenda a principal necessidade do país, «que é o sentido social», é a expectativa do chanceler Abreu Sodré em relação à Assembleia Nacional Constituinte que se instala no próximo domingo.

Em sua opinião, os constituintes eleitos em novembro último são conservadores, na média geral, e por isso espera que evitem os excessos tanto da «extrema direita» como da «extrema esquerda», redigindo uma nova carta de conotação liberal.

colaboração dos assessores, pode pedir a intervenção dos ministros junto aos parlamentares ou reunir seu Conselho Político. Em alguns casos, Sarney pode interferir diretamente, dependendo de seu grau de amizade com o parlamentar. E isso ocorrerá desde que os interesses do Governo estejam em risco.

Perfil
Embora a maioria dos Ministérios conte com seus assessores parlamentares, nem todos eles estão capacitados para atuar na Constituinte. Mas esse problema será superado pelo Gabinete Civil com seus dois representantes do Congresso Nacional. Os assessores parlamentares da Presidência da República não precisam nem atravessar a rua para saber o que acontece no Congresso. Todas as articulações são imediatamente comunicadas bem como as expectativas de votação e tendências.

Além disso, o perfil ideológico dos parlamentares será um importante documento para a negociação Planalto — Congresso. Os assessores parlamentares, embora tenham como lema a negociação acima de tudo, já sabem com antecedência que os constituintes eleitos para representar interesses de grandes grupos econômicos, sem carreira política anterior, não serão sensíveis à negociação. Eles darão pouca importância ao bom relacionamento com a Presidência e, embora estejam na mira do trabalho, os assessores parlamentares não pretendem perder muito tempo com o trabalho de persuasão.

O chanceler observa ser fundamental uma nova Constituição, propiciando um ordenamento jurídico adequado à mudança por que passou o país, com o advento da Nova República. Ele ressalva, porém, que não deve haver «exageros». E explica: «Temos de traçar as linhas gerais da vida jurídica, com um texto enxuto, o mais conciso possível».

Sodré garante que não haverá qualquer grupo para pressionar os constituintes nas decisões sobre política externa.

Parlamentares reclamam da má recepção

Poucos constituintes estão procurando o balcão de recepção que o Congresso Nacional montou no aeroporto. A maioria dos novos parlamentares afirma que não tem conhecimento desta medida, queixando-se da pouca orientação oferecida pela Casa. Ontem, por exemplo, a movimentação não foi muito grande, apesar de existirem parlamentares em todos os vãos que chegam a Brasília.

Segundo informações da diretoria geral da Câmara dos Deputados, nenhum esquema especial foi montado para receber os constituintes. Na chegada ao aeroporto, os eleitos em 15 de novembro têm à sua disposição transporte para hotel ou residência. Em caso de dúvida, os funcionários da Câmara os orientam, principalmente, para procurar a diretoria geral, que regularizará a distribuição dos apartamentos e gabinetes.

Falho
Os deputados, no entanto, estão considerando o sistema falho. Luiz Marques (PFL-CE), por exemplo, afirmou que está faltando uma boa gerência na Câmara, acrescentando que se os parlamentares fossem contar com este apoio, certamente, «sentiriam dificuldades em regularizar a sua situação em Brasília».

Campanha
Mesmo com a pequena movimentação, os candidatos a cargos da Mesa da Câmara não poupam esforços para garantir o voto dos congressistas que estão chegando à cidade. Ao lado do balcão de recepção está instalado o comitê do deputado Paulo Micarene (PMDB-RS), que colhe o nome e telefone de contato de todos os parlamentares que param para pedir informações. Cabos eleitorais dos deputados Paes de Andrade (PMDB-CE), Borges da Silveira (PMDB-PR) e Jorge Vieira (PMDB-BA) também se encarregam de cercar todo deputado de primeira legislatura para divulgar o seu candidato.

De acordo com o deputado Antônio Jesus (PMDB-GO) a campanha pela presidência da Câmara também está intensa. afirmou que sentiu desde que chegou «um grande empenho dos funcionários, que pedem voto para seu candidato, inclusive, nos carros que nos transportam para o hotel».



Lilian, de cabelo molhado, passou o dia desembalando pacotes

Políticos e parentes começam a se fixar

«Acho que a coisa mais urgente a mudar no país é o aspecto social. Acredito na política e em melhoras trazidas pela Constituinte. Acredito em mudanças, a própria renovação do Congresso e das assembleias estaduais demonstram que a população quer estas mudanças».

São as expectativas de Lilian Freire, 28 anos, pernambucana, dois filhos, casada com o recém-eleito deputado Luis Freire, filho do ex-deputado e atual presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire.

Para Lilian, a vinda definitiva para Brasília foi uma grata surpresa: «Logo quando casei, em 1981, morei um ano e meio em Brasília. O meu primeiro filho nasceu aqui. Tanto que é como se fosse um pouco a minha cidade. Acho Brasília uma cidade ótima e tenho aqui muitos bons amigos. Quanto a Luis, ele é que não tem problemas mesmo, pois morou aqui durante 12 anos».

Briga
A grande dificuldade de quem está se mudando é conseguir apartamento funcional da Câmara e

gabinete parlamentar. «Está uma briga enorme por apartamentos e gabinetes. Nós só conseguimos este porque era de um deputado conterrâneo nosso, que facilitou as coisas», conta Lilian. De cabelo molhado, após um dia inteiro desembalando pacotes, ela confessa sua paixão pela política: «A campanha foi dura, muito dura, mas política é uma coisa gostosa. Trabalhei na campanha e no comitê e acho que valeu a pena».

Apesar do amor confesso, ela não pretende concorrer a cargos eletivos: «Um político só na família basta. É um trabalho muito absorvente, política toma mais tempo do que filhos. Com dois na família, quem iria cuidar dos meninos?»

Sem estudar ou trabalhar, Lilian não sabe ainda como irá preencher o seu tempo na cidade. Os seus dois filhos, Marcelo, 5 anos, e Marina, de 3, já estão matriculados na escola e ela diz não ter intenção de trabalhar com o esposo no gabinete da Câmara.

Seu marido, Luis Freire, foi deputado estadual em 1982 com apenas 24 anos, pelo PMDB. Hoje compõe a bancada de deputados constituintes de Pernambuco,

Montoro fará entrega de 4 mil sugestões

São Paulo — Neste domingo, o governador Franco Montoro e o secretário estadual da Participação, Carlos Figueiredo, entregarão a dirigentes dos partidos com representantes no Congresso Constituinte um livro com cerca de quatro mil sugestões, colhidas junto à população através do serviço telefônico "Linha Direta Constituinte". Os resultados obtidos nesse serviço, instalado em maio de 1986 pela Secretaria da Descentralização e Participação, chegarão às mãos dos constituintes como contribuição da população e do governo de São Paulo à nova Carta Magna.

Entre as preocupações levantadas pelos participantes da "Linha Constituinte", destacaram-se questões que envolvem os direitos da cidadania, como prisão agrícola, o voto dos policiais militares, a discriminação do negro, do índio e da mulher e a legalização do aborto. As questões do funcionalismo público também ocupam posição considerável no elenco dos assuntos.

Com relação aos direitos trabalhistas, a predominância esteve em torno da redução da jornada de trabalho e da aposentadoria, com menos tempo de serviço para homens e mulheres — foi também marcante a presença das mulheres nas reivindicações, apresentando sugestões que ampliam seus direitos e sua participação na sociedade brasileira.

Figurando como um tema isolado diante das várias propostas agrupadas em bloco, a instauração da pena de morte foi bem cotada pelos participantes do serviço, que na média foram compostos por uma maioria de pessoas na faixa etária de 30 a 50 anos.

Segundo estatísticas, a "Linha Direta Constituinte" contou com a participação de 51% de homens e 48% de mulheres, demonstrando um perfil bastante equilibrado. O percentual restante (1%) é proveniente de grupos e associações civis interessados em ver suas causas representadas na Constituinte.

Durante o funcionamento da "Linha Direta Constituinte", sugestões foram anotadas e levadas a computador, que fornecia duas cópias da proposta.